

Um ingresso de US\$ 20 bilhões neste ano

por Claudia Safatle
de Brasília



Marcílio Marques
Moreira

“Agora, vamos nos debruçar sobre os grandes desafios domésticos”, comentou o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em entrevista à imprensa, no Palácio do Planalto, para explicar o “acordo em princípio” com os bancos credores, fechado na madrugada de ontem e comunicado ao presidente da República, Fernando Collor de Mello, às 7h15 da manhã.

O acordo, disse Marcílio, reforçará a tendência de entrada de capital no País. “Espera-se para este ano um ingresso de US\$ 20 bilhões de capitais, comparado com os US\$ 11,6 bilhões no ano passado e US\$ 5,7 bilhões no anterior.”

Ao contrário das tentativas anteriores, de refinanciamento da dívida “que foram frágeis e efêmeras”, o ministro disse que, desta vez, “me parece que temos um acordo estritamente dentro da nossa capacidade fiscal e cambial de pagamento. O acordo consegue nos dar um fôlego de muitos anos, uma vez que de um lado existe um abatimento significativo da dívida, de 35%. De outro lado, existe um horizonte de trinta anos para pagamento dos juros a um nível historicamente baixo, fixo, o que nos protege de flutua-

ções erráticas das taxas de juro”.

GARANTIA INTEGRAL

Dos sete instrumentos financeiros oferecidos para a troca de dívida velha por dívida nova, o ministro calcula que os bancos credores, em sua grande maioria, 80%, optarão pelo “bônus ao par” ou “bônus de desconto”. Isso significa que da dívida de US\$ 40 bilhões, de médio e longo prazo, cerca de US\$ 32 bilhões seriam convertidos em um desses dois instrumentos. O bônus ao par é uma opção pela qual a dívida velha é trocada com desconto de 35% sobre o valor de face, tendo o título prazo de trinta anos de resgate e juros de Libor mais 0,8125 (13/16 ao ano), com amorti-

zação total no final dos trinta anos. Esse título envolve garantia integral do principal e para doze meses de juros. O bônus ao par é uma variação do anterior, com taxas de juro fixas. Isso leva o ministro a crer que “teremos uma folga muito boa nos primeiros sete anos e depois uma tranquilidade nos 23 anos seguintes”.

Caso essa valorização esteja equivocada e os ban-

cos — um universo de 600 credores — façam outras opções, o acordo em princípio prevê que o governo poderá pedir aos credores que refaçam suas opções. Todos os instrumentos do “menu” poderão ser utilizados como moeda no programa de privatização, sendo que o bônus ao par teria um deságio de 35%. Serão títulos emitidos pela República Federativa do Brasil, e não pelo Banco

Central, segundo o ministro, porque “toda nossa filosofia é de que o grande constrangimento é fiscal e, assim sendo, o Tesouro Nacional é que tem que gerar superávit, não o Banco Central. Por outro lado, trabalha-se cada vez mais com a idéia de um Banco Central como emissor da moeda e não como um credor ou devedor”.

RESERVAS CAMBIAIS

A concessão das garantias foi um dos pontos mais difíceis do acordo. Começou com o Brasil oferecendo no máximo US\$ 2 bilhões. Fechou em US\$ 3,2 bilhões as garantias iniciais e uma inovação foi introduzida nesse aspecto: o parcelamento dos desembolsos das garantias em dois anos, sendo quatro prestações semestrais.

A primeira parcela das garantias de US\$ 3,2 bilhões deve ser composta de cerca de US\$ 350 milhões a US\$ 450 milhões advindo de cada uma das instituições multilaterais (FMI, Bird e BID) e também como dinheiro novo através do “bônus de dinheiro novo” — mediante o qual para cada US\$ 5,50 convertidos em dívida nova, o banco credor se compromete a aportar US\$ 1 para formar as garantias.

“É possível esperar entre US\$ 350 milhões e US\$ 500 milhões de dinheiro novo”, acredita o ministro. O restante, estimado em US\$ 1,6 bilhão, será retirado das reservas cambiais bra-

sileiras. Isso para garantir 100% do principal para os bônus que têm garantia de principal.

O ministro explicou que, para compor as garantias de doze meses de juros, os recursos depositados em uma instituição acordada com o credor serão destacados apenas das reservas internacionais do Brasil. Para o caso do principal, as garantias serão usadas para a compra de obrigações do Tesouro americano, com prazo também de trinta anos.

Não há, por enquanto, nenhum comprometimento formal, por escrito, de que FMI, BIRD e BID comparecerão com os recursos das garantias, ainda que, por algum motivo, o País não cumpra as metas do acordo com o FMI. O ministro, contudo, disse que “há uma expressão dessas três organizações, de que nos apoiarão nesse esforço, bastante limpa”.

JUROS ATRASADOS

Além dos US\$ 44 bilhões de dívida renegociada nas bases do acordo em princípio, — US\$ 40 bilhões de dívida de médio e longo prazos e mais US\$ 4 bilhões de dinheiro novo do acordo de 1988 —, fazem parte da reestruturação ainda US\$ 7 bilhões de juros atrasados (os bônus que foram negociados pelo ex-negociador da dívida, embaixador Jório Dauster), US\$ 5 bilhões de juros também atrasados (relativos aos 70% que não estão sendo pagos, mensalmente, dos juros vencidos desde janeiro de 1991) e mais US\$ 6,4 bilhões de débitos junto aos bancos brasileiros no exterior. O pacote de reestruturação, portanto, envolve a soma de US\$ 62,4 bilhões.

Já no mês de agosto, segundo ele, o Tesouro Nacional deverá emitir o bônus relativo aos US\$ 7 bilhões de juros atrasados acumulados durante o período de moratória integral, de julho de 1989 a dezembro de 1990 (conhecido como Jorio's bonds).

Marcílio não soube precisar exatamente quanto o País passará a pagar de juros; anualmente, a partir da conclusão do acordo. O acordo com o FMI previa US\$ 11 bilhões de pagamento de juros entre este ano e agosto de 1993. O ministro acha que, somando a negociação com o Clube de Paris mais o acordo com os bancos privados, a cifra será essa mesma.